



PROCESSO UNIFICADO DE ESCOLHA DO MEMBRO DO CONSELHO TUTELAR DE JOAQUIM PIRES-PI

CANDIDATO!

- Confira devidamente o material (CARTÃO DE RESPOSTAS, LOCAL DE IDENTIFICAÇÃO DO CANDIDATO, CADERNO DE QUESTÕES); se houver falha, solicite a substituição ao fiscal.
- Este caderno de questões está assim constituído:

PROVA DE CONHECIMENTOS	Nº QUESTÕES
Prova Objetiva	20

Caderno de questões • Instruções Gerais

- Após conferir e/ou preencher seus dados no CARTÃO DE RESPOSTAS e no LOCAL DE IDENTIFICAÇÃO DO CANDIDATO (NOME, Nº do CPF ou RG assine somente nos locais indicados).
- O CARTÃO DE RESPOSTAS é o único documento de correção da **Prova Objetiva**, devendo ser preenchido com bastante atenção, à caneta esferográfica, azul ou preta, ponta grossa, marcando uma única alternativa em cada questão. Verifique no cartão de respostas as instruções para preenchimento. Não rasure, não amasse nem dobre o CARTÃO DE RESPOSTAS; evite usar borracha. Se o CARTÃO DE RESPOSTAS contiver maior número de alternativas e/ou de questões, preencha apenas as correspondentes à sua prova; as demais ficam em branco.
- É vedada a substituição do CARTÃO DE RESPOSTAS decorrente de erro cometido por candidato.
- Durante a realização da prova, não é permitida a comunicação entre candidatos nem a utilização de máquina calculadora e/ou similares, livros, anotações, régua de cálculo, impressos ou qualquer outro material de consulta.
- O tempo de duração da prova objetiva será de **até 3 horas**, incluído o tempo para preenchimento/conferência/assinatura do Cartão de Respostas.
- O candidato só poderá deixar o local de provas depois de 60 minutos do início da aplicação da prova.
- Ao final dos trabalhos, **DEVOLVA** ao Fiscal da sala, juntamente com o CARTÃO DE RESPOSTAS devidamente preenchido e o CADERNO DE QUESTÕES.
- Os dois últimos candidatos de cada sala de prova deverão permanecer no recinto, a fim de acompanhar os fiscais até a coordenação para o lacre dos envelopes, quando, então, poderão retirar-se do local, simultaneamente, após concluído.

“Toda criança e adolescente tem direitos legais e proteção plena. A garantia está na lei, mas a aplicação e a efetividade depende de nós adultos: que criamos, participamos ou executamos as políticas públicas ”

Valmário Silva

BOA PROVA!

Nome do(a) Candidato(a)



Estatuto da Criança e do Adolescente Lei nº 8.069/90

QUESTÃO 01 – Marque a alternativa INCORRETA:

- a) O Conselho Tutelar é um órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, definidos nesta lei.
- b) Em cada município haverá, no mínimo, um Conselho Tutelar composto por cinco membros, escolhidos pela comunidade local para um mandato de quatro anos, permitindo apenas uma recondução.
- c) O conselheiro tutelar dentre as suas obrigações é de fundamental relevância conhecer toda a rede de proteção e de garantia de direitos das crianças e adolescentes.
- d) O exercício efetivo da função de conselheiro tutelar constituirá serviço público relevante, estabelecerá presunção de idoneidade moral e assegurará prisão especial, em caso de crime comum, até o julgamento definitivo.

QUESTÃO 02 – Sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, assinale a alternativa CORRETA.

- a) Criança é a pessoa com até 13 (treze) anos de idade completos;
- b) Adolescente é a pessoa entre 12 (doze) e 21 (vinte e um) anos de idade;
- c) Criança é a pessoa com até 12 (doze) anos de idade completo, e adolescente a pessoa entre 12 (doze) e 18 (dezoito) anos de idade;
- d) Criança é a pessoa com até 12 (doze) anos de idade incompleto, e adolescente a pessoa entre 12 e 18 anos.

QUESTÃO 03 – Não é atribuição do Conselho Tutelar:

- a) Encaminhar ao Ministério Público notícia de fato que constitua infração administrativa ou penal contra os direitos da criança ou do adolescente.
- b) Expedir autorização para criança viajar.
- c) Requisitar certidões de nascimento e de óbito de criança ou adolescente quando necessário.
- d) Assessorar o Poder Executivo local na elaboração da proposta orçamentária para planos e programas de atendimento dos direitos da criança e do adolescente.

QUESTÃO 04 – As decisões do Conselho Tutelar postas ao serviço dos interesses da criança e do adolescente não podem ficar no papel, como letra morta. Podemos afirmar que cabe ao Conselho Tutelar promover a execução de suas decisões, podendo para tanto:

- a) Requisitar serviços públicos nas áreas de saúde, educação, serviço social, previdência, trabalho e segurança.
- b) Estabelecer a perda da guarda.
- c) Aplicar a destituição da tutela.
- d) Arbitrar pensão alimentícia.

QUESTÃO 05 – Age fora de suas atribuições legais o conselho tutelar que:

- a) Aplica ao adolescente medida específica de proteção de abrigo em entidade.



- b) Entrega criança a seu responsável mediante termo de guarda provisória expedida pelo Conselho Tutelar.
- c) Fiscaliza entidade que executa programa em regime de internação.
- d) Aplica medida de advertência a pais ou responsável.

QUESTÃO 06 – O Conselho Tutelar é um órgão público municipal, integrando-se ao conjunto das instituições nacionais (estaduais e municipais) e subordinando-se ao ordenamento jurídico brasileiro, que tem sua origem:

- a) através de uma Lei Municipal
- a) através de um Regimento Interno
- b) através de um Decreto Municipal
- d) através de uma resolução

QUESTÃO 07 – É papel do Conselho Tutelar, **EXCETO**:

- a) Zelar pelo cumprimento de direitos à crianças e adolescentes;
- b) Garantir absoluta prioridade na efetivação de direitos;
- c) Trabalhar em equipe: as decisões do Conselho Tutelar devem ser sempre coletivas: discutidas, analisadas e referendadas pelo conjunto dos conselheiros
- d) Fazer rondas em altas horas da noite em praças e locais de eventos públicos para coibir a presença de crianças e adolescentes nesses locais;

QUESTÃO 08 – Após a confirmação da ameaça ou violação de direitos e realização de estudo de caso, o conselheiro tutelar **DEVE**:

- a) aplicar sete medidas específicas de proteção à criança, aos adolescentes, aos pais ou responsáveis de acordo com o disposto nos art. 101 e 129, da Lei nº 8.069/90 (ECA).
- b) Tomar providências somente após apuração do Ministério Público, aplicando medidas para que cesse a ameaça ou violação de direitos.
- c) Em casos extremos de violação de direitos, na ausência de profissionais da área específica executar as medidas de proteção.
- d) Encaminhar o caso ao Judiciário.

QUESTÃO 09 - As decisões do Conselho Tutelar somente poderão ser revistas:

- a) Pelo Chefe do Poder Executivo;
- b) Pela Autoridade judiciária;
- c) Pelo(a)Delegado(a);
- d) Pelo Presidente da Câmara Municipal.

QUESTÃO 10 – Considerado os Marcos Legais para a proteção integral das crianças e adolescentes os artigos 227 da Constituição Federal (CF) e o Artigo 4º do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) traz o seguinte texto.

- a) É dever da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação



dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

b) É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

c) É dever somente da família e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

d) É dever somente do estado assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

QUESTÃO 11 – Quanto aos requisitos do Estatuto da Criança e do Adolescente para a função de Conselheiro Tutelar, podemos afirmar que são impedidos de servir o mesmo conselho:

- a) Pessoas com reconhecida idoneidade moral;
- b) Maiores de vinte e um anos;
- c) Pessoas que tenham residência comprovada no município;
- d) Os cônjuges, companheiros, ainda que em união homoafetiva, ou parentes em linha reta.

QUESTÃO 12 – De acordo com o ECA Lei nº 8.069/90 são atribuições do Conselho Tutelar:

I - Atender queixas, reclamações, reivindicações e solicitações feitas pelas crianças, adolescentes, famílias, comunidades e cidadãos;

II - Contribuir para o planejamento e a formulação de políticas e planos municipais de atendimento à criança, ao adolescente e às suas famílias;

III - Assistir e executar ações diretamente às crianças, aos adolescentes e às suas famílias na ausência dos profissionais de áreas específicas;

IV - Realizar perícias técnicas esgotadas todas as possibilidades, na ausência do profissional da área;

Alternativas **CORRETAS**:

- a) I, II e III
- b) II, III e IV
- c) I e II
- d) Todas as alternativas.

QUESTÃO 13 – Dentre as atribuições do conselho tutelar podemos afirmar que é função do Conselheiro Tutelar:

- a) Atender demandas de violações de direitos de crianças, adolescentes e também de pessoas idosas.
- b) Trabalhar em equipe: as decisões do Conselho Tutelar devem ser sempre coletivas: discutidas, analisadas e referendadas pelo conjunto dos conselheiros.
- c) Executar ações na ausência de um profissional específico da área que requer a demanda.



d) Enquadrar crianças e adolescentes que se encontram em locais públicos em altas horas.

QUESTÃO 14 – O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA Lei nº 8.069/90) dispõe que:

I- Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade, e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais.

II – A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata o ECA, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.

III – É dever da família, e somente dela, assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e a convivência familiar e comunitária.

IV – Criança, para os efeitos do ECA, é a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescentes aquela entre doze anos e dezoito anos de idade.

Está **CORRETO** o afirmado em:

- a) I, II e III
- b) II, III e IV
- c) I, II e IV
- d) Nenhuma das alternativas.

QUESTÃO 15 – Sobre o Conselho Tutelar é **CORRETO** afirmar que o mesmo:

I – É vinculado administrativamente (sem subordinação) ao Município, o que ressalta a importância de uma relação ética e responsável com toda administração municipal e a necessidade de cooperação técnica com as secretarias, departamentos e programas da prefeitura voltados para a criança e o adolescente;

II – É subordinado às diretrizes da política municipal de atendimento às crianças e adolescentes. Como agente público, o conselheiro tutelar tem a obrigação de respeitar e seguir com zelo as diretrizes emanadas da comunidade que o elegeu;

III – É fiscalizado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, pela Justiça da Infância e da Juventude, pelo Ministério Público, pelas entidades civis que trabalham com a população infanto-juvenil e, principalmente, pelos cidadãos, que devem zelar pelo seu bom funcionamento e correta execução de suas atribuições legais.

IV - Atende reclamações, reivindicações e solicitações feitas por crianças, adolescentes, famílias, cidadãos e comunidades.

Das afirmativas acima estão **CORRETAS**.

- a) I, II e III
- b) II, III e IV
- c) I, II e IV
- d) Todas as alternativas.

QUESTÃO 16 – Pode ser identificado uma Ameaça e Violação de Direitos quando:

D) O Estado ou a sociedade, ou ambos, por qualquer ação ou omissão, não asseguram os direitos fundamentais da criança e do adolescente.



II) Quando os pais ou responsáveis deixam de assistir, criar e educar suas crianças ou adolescentes nos casos de abandono, desamparo e desproteção.

III) quando crianças e adolescentes se encontram em condições, por iniciativa própria ou envolvimento com terceiros, de ameaça ou violação dos direitos de sua cidadania ou da cidadania alheia.

IV) Quando a criança por conta própria resolve trabalhar para ajudar seus pais.

Das alternativas acima estão **CORRETAS**:

- a) I e II
- b) II, III e IV
- c) I, II, III
- d) Todas as alternativas.

QUESTÃO 17 – Questão - De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n.º 8.069/1990 e alterações posteriores), as gestantes ou mães que manifestem interesse em entregar seus filhos para adoção serão obrigatoriamente encaminhadas:

- a) à Justiça da Infância e da Juventude.
- b) ao Conselho Tutelar.
- c) às Instituições Sociais.
- d) a Famílias Substitutas.

QUESTÃO 18 – Sobre o SIPIA.

I) é um sistema nacional de registro e tratamento de informações sobre a garantia e defesa dos direitos fundamentais preconizados no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

II) é um sistema que ordena princípios, regras e critérios que envolvem a execução de medidas socioeducativas, incluindo-se nele, por adesão, os sistemas estaduais, distrital e municipais, bem como todos os planos, políticas e programas específicos de atendimento a adolescente em cumprimento de medidas socioeducativas.

III) é um sistema formado pela integração e a articulação entre o Estado, as famílias e a sociedade civil, para garantir e operacionalizar os direitos das crianças e adolescentes no Brasil.

IV) é um sistema que fiscaliza as ações executadas pelo poder público no que diz respeito ao atendimento da população infanto-juvenil.

Está **CORRETO** o afirmado em:

- a) I e II
- B) I e III
- C) I, II, II
- d) Apenas a afirmativa I está correta.

QUESTÃO 19 - De acordo com o (art. 101, ECA) são medidas de Proteção **EXCETO**.

- a) Encaminhamento aos pais ou responsável, mediante termo de responsabilidade;
- b) Orientação, apoio e acompanhamento temporários;



- c) Matrícula e frequência obrigatórias em estabelecimento oficial de ensino fundamental e médio;
- d) Em caso de negligência familiar e esgotadas as possibilidades o conselheiro tutelar mediante documentação em comum acordo com o colegiado (Conselho Tutelar) deve acolher em seu domicílio as crianças e adolescentes que estiverem em situação de abandono até que seja resolvida a situação.

QUESTÃO 20 – São atribuições do CONANDA.

- I) Fiscalizar as ações de promoção dos direitos da infância e adolescência executadas por organismos governamentais e não-governamentais;
- II) Definir as diretrizes para a criação e o funcionamento dos Conselhos Estaduais, Distrital e Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente e dos Conselhos Tutelares;
- III) Acompanhar a elaboração e a execução do orçamento da União, verificando se estão assegurados os recursos necessários para a execução das políticas de promoção e defesa dos direitos da população infanto-juvenil;
- IV) Destinar recursos financeiros através de cofinanciamento para os Conselhos Estaduais, Distrital e Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente bem como recursos financeiros para custear ações dos Conselhos Tutelares;

Alternativas que corresponde às atribuições do CONANDA.

- a) I e II
- b) I, II, III, IV
- c) I, II, III
- d) I e IV



GABARITO OFICIAL

01	A	B	C	D
02	A	B	C	D
03	A	B	C	D
04	A	B	C	D
05	A	B	C	D
06	A	B	C	D
07	A	B	C	D
08	A	B	C	D
09	A	B	C	D
10	A	B	C	D

11	A	B	C	D
12	A	B	C	D
13	A	B	C	D
14	A	B	C	D
15	A	B	C	D
16	A	B	C	D
17	A	B	C	D
18	A	B	C	D
19	A	B	C	D
20	A	B	C	D